

Educação inclusiva: um desafio para os educadores

Inclusive education: a challenge for educators

Edicleia dos Santos Farias¹

RESUMO

A presente pesquisa apresenta o tema “Educação inclusiva: um desafio para os educadores”, pois sabe-se que a inclusão trouxe dúvidas para os educadores e acarretou desafios para o professorado, sendo que estes, na sua maioria não estavam e ainda muitos não estão prontos e aptos para lidar com a questão da inclusão. Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a educação inclusiva como sendo um desafio para os educadores. Para melhor entendimento do tema foi feita uma pesquisa bibliográfica quando foram estudados autores que tratam sobre o assunto, sendo alguns deles Mantoan (2006), Bueno (2001, 2003), Pinto (1999), entre outros. Os resultados evidenciam que a efetivação da educação inclusiva depende não apenas da garantia legal do acesso à escola regular, mas também da capacitação contínua dos professores, da participação da família, da adaptação estrutural das instituições e do desenvolvimento de metodologias que respeitem as diferenças e potencialidades de cada estudante. Conclui-se que a inclusão escolar representa um processo contínuo de transformação educacional e social, exigindo comprometimento coletivo para assegurar uma educação de qualidade, democrática e acessível a todos.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Educação Especial.

ABSTRACT

This research addresses the topic “Inclusive education: a challenge for educators,” since it is known that inclusion has raised questions among educators and created challenges for teachers, most of whom were not, and many of whom still are not, prepared or qualified to deal with issues related to inclusion. This study aims to reflect on inclusive education as a challenge for educators. To provide a better understanding of the topic, a bibliographic review was conducted, drawing on authors who address the subject, including Mantoan (2006), Bueno (2001, 2003), Pinto (1999), among others. The results show that the effective implementation of inclusive education depends not only on the legal guarantee of access to mainstream schools, but also on the continuous training of teachers, family participation, structural adaptations within educational institutions, and the development of methodologies that respect the differences and potential of each student. It is concluded that school inclusion represents an ongoing process of educational and social transformation, requiring collective commitment to ensure quality, democratic, and accessible education for all.

Keywords: Education. Inclusion. Special Education.

INTRODUÇÃO

¹ Mestrando em Educação pela Ivy Enber Christian University. E-mail: edisfarias04@gmail.com.

Discorrer sobre inclusão ainda representa um desafio e, em muitos casos, um motivo de insegurança para os educadores. A proposta do governo e o esforço das secretarias de educação em incorporar alunos com necessidades educacionais especiais causaram dúvidas e receio por parte dos professores, que se sentiram apreensivos diante da possibilidade de não saberem lidar com essa nova realidade educacional. Essa situação evidenciou dificuldades relacionadas tanto à formação docente quanto à adaptação das instituições de ensino para atender às exigências da educação inclusiva.

Observa-se que, até o século XXI, o sistema educacional brasileiro era dividido em dois tipos de escolas: uma destinada aos alunos considerados “normais” e outra voltada àqueles que necessitavam de educação especial. Somente na última década o sistema educacional brasileiro implantou a proposta da educação inclusiva, direcionando os alunos com necessidades educacionais especiais para a escola regular. Entretanto, o que se percebeu naquele período foi o despreparo dos professores e a ausência de infraestrutura adequada nos prédios escolares para receber esses estudantes de forma satisfatória.

A educação inclusiva abrange e tem como objetivo educar todos os alunos de uma única forma, dentro do mesmo ambiente escolar, assegurando o direito à convivência e ao aprendizado coletivo. Contudo, isso não significa ignorar as particularidades de cada estudante, uma vez que alguns alunos inclusivos apresentam dificuldades de aprendizagem maiores que outros e, por isso, necessitam de maior atenção e de um preparo específico do professor para desenvolver metodologias e técnicas capazes de alcançá-los. Manter esse aluno apenas como presença física na escola regular não se justifica, pois, além de sentir-se diferente, poderá permanecer desambientado e excluído do processo de aprendizagem.

De acordo com Rosita Edler Carvalho, ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de educação inclusiva, estamos considerando a diversidade de aprendizes e seu direito à equidade. Trata-se de equiparar oportunidades, garantindo-se a todos, inclusive às pessoas em situação de deficiência e aos de altas habilidades/superdotados, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver (CARVALHO, 2005).

Diante desse contexto, a presente pesquisa busca discutir a inclusão escolar, analisando os desafios enfrentados pelos professores, a importância da preparação pedagógica e as dificuldades encontradas pelas instituições de ensino na efetivação da educação inclusiva. Para isso, o estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa

bibliográfica, utilizando obras, artigos e estudos relacionados ao tema, permitindo compreender como a inclusão vem sendo aplicada no ambiente escolar e quais fatores ainda dificultam sua consolidação.

A inclusão escolar exige não apenas a matrícula do aluno na rede regular de ensino, mas também formação adequada dos profissionais, adaptação estrutural das escolas e desenvolvimento de práticas pedagógicas capazes de promover a participação efetiva de todos os estudantes no processo de aprendizagem.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa e de caráter descritivo, tendo como finalidade compreender os desafios enfrentados pelos educadores no processo de inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida por meio da análise de livros, artigos científicos, legislações e documentos oficiais relacionados à educação inclusiva, permitindo ampliar a compreensão acerca das dificuldades encontradas pelos professores, da importância da formação docente e das condições necessárias para a efetivação de uma educação voltada para a diversidade.

Entre os autores utilizados para fundamentação teórica destacam-se Mantoan (2005; 2010), Sassaki (1997; 2005), Carvalho (2005), Bueno (2001; 2003) e Werneck (1999), cujas contribuições possibilitaram refletir sobre as práticas pedagógicas inclusivas e os desafios existentes no ambiente escolar.

Quanto aos procedimentos metodológicos, o estudo foi realizado mediante levantamento e análise de materiais publicados sobre a temática, buscando identificar conceitos, fundamentos legais e discussões teóricas relacionadas à inclusão educacional. Também foram analisados documentos normativos, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/96 e a Declaração de Salamanca (1994), que asseguram o direito à educação inclusiva.

REFERENCIAL TEÓRICO

Muitos são os conceitos contidos na literatura para explicar o termo inclusão. Para SASSAKI (1997, p. 41), inclusão é:

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

De acordo com o autor acima citado, a inclusão constitui uma maneira de fazer com que as pessoas portadoras de necessidades especiais tenham acesso à sociedade, podendo e devendo participar como cidadãos ativos. Já Ferreira (2005, p. 44) diz que inclusão abrange:

[...] uma filosofia que valoriza diversidade de força, habilidades e necessidades [do ser humano] como natural e desejável, trazendo para cada comunidade a oportunidade de responder de forma que conduza à aprendizagem e do crescimento da comunidade como um todo, e dando a cada membro desta comunidade um papel de valor.

Portanto, incluir é dar valor às diferenças da melhor forma possível, sem discriminação e acolhendo com respeito, desenvolvendo um trabalho produtivo onde o portador de necessidade especial venha ter condições de aprender dentro e de acordo com suas possibilidades.

Sabe-se que a educação é direito de toda criança, independentemente de cor, raça, credo ou classe social. Este direito é garantido pela Constituição Federal que traz nos seus artigos 205 e 206 o seguinte:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. (BRASIL, 1988)

Para que a inclusão realmente aconteça é necessário que a escola seja adequada para a criança. É preciso que haja profissionais capacitados para atender aquelas crianças que necessitam de uma educação mais eficiente e centrada, com objetivos bem definidos e voltados para a inserção do aluno socialmente e que este possa futuramente ou mesmo no dia a dia fazer parte ativamente da comunidade onde vive. Segundo Werneck,

A inclusão implica também em uma mudança de paradigmas, de conceitos e costumes, que fogem as regras tradicionais, ainda fortemente calcados na linearidade do pensamento, no primado do racional e do ensino, na transferência dos conteúdos curriculares. A inclusão é, portanto, um conceito intrigante, que busca retirar as barreiras impostas pela exclusão em seu sentido mais global. A educação é, portanto, um direito de todos, e assegurá-lo é necessariamente, dar boas-vindas a esse aluno, sem questionar suas possibilidades ou dificuldades. Respeitando-os, integrando-os ao cotidiano escolar, visando capacitar e melhorar a vida desse educando. (1999, p. 78)

A Educação Inclusiva deve ser de qualidade, deve abranger dimensões modernas e atuais, com o objetivo de valorizar as diferenças, buscando incutir nos alunos valores culturais, a vontade de aprender para se completar como cidadão atuante, de acordo com a definição da Declaração de Salamanca (1994, p. 8-9):

[...] as crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar [...] elas constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos.

Porém, a educação especial só passou a acontecer após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96) que também estabeleceu o direito de todos à educação, sendo que o acesso da criança às escolas é dever do Estado e também da família. A LDB dá ênfase à questão no seu Art. 2º que diz:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Os documentos que regulamentam a escola inclusiva e o direito da criança com necessidades educacionais especiais são a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional criada em 1996 e a Declaração de Salamanca (1994) que tratam de detalhes e particularidades da inclusão escolar desses alunos. Segundo determina a LDB 9.394/96:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

Observa-se então que a educação inclusiva possui todo um amparo legal, precisando apenas que se faça prevalecer e valer os direitos dos alunos com necessidades educacionais especiais e que os educadores estejam preparados e possam se preparar através de cursos para atender e prestar uma educação de qualidade voltada para o desenvolvimento desses alunos.

Todos têm conhecimento da importância de um professor, sabe-se que ele é o alicerce de toda uma vida, a postura que o educador toma diante do aprendizado é fundamental para o ser humano, principalmente quando se refere àquelas crianças portadoras de necessidades educacionais especiais.

A escola não pode mudar tudo e nem pode mudar a si mesma sozinha. Ela está intimamente ligada à sociedade que a mantém. Ela é, ao mesmo tempo, fator e produto da sociedade. Como instituição social, ela depende da sociedade e, para se transformar, depende também da relação que mantém com outras escolas, com as famílias, aprendendo em rede com elas, estabelecendo alianças com a sociedade, com a população (GADOTI, 2007, p. 12).

O professor é aquele que faz o conhecimento acontecer, é ele que a partir do currículo elabora conteúdos de fácil entendimento e capazes de chegar até o aluno, alcançando o objetivo proposto para aquela aula. Segundo Mantoan (2005, p.45), a inclusão:

Questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e regular. A noção de inclusão institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática. O vocábulo integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir

um aluno ou um grupo de alunos; a meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal, administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Analisar a proposta da inclusão é abrir um espaço maior numa visão crítica e construtiva da realidade a qual demonstra que apesar das inúmeras leis voltadas para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais, observa-se que ainda há muito o que se fazer para que essa proposta seja realmente verdade. Muitos são os desafios e poucas são as soluções. O receio de se lidar com a inclusão não é somente dos professores, é também dos pais e também dos próprios alunos. Conforme Beyer (2006, p. 17),

A grande dificuldade que encontramos nas escolas especiais deve-se à limitação no horizonte social das crianças com necessidades especiais. Enquanto estas precisariam da convivência com crianças com condições cognitivas e sócias – afetivas diferenciadas das suas, veem-se, através das situações pedagógicas e sociais correspondentes, atreladas a um modelo limitado de interação.

Para que a proposta de inclusão tenha resultados positivos é essencial que ela tenha início na educação infantil, ao ingressar na educação infantil o aluno começa a se inteirar, a participar de um grupo social, a conviver com crianças da sua idade e assim chegará ao ensino fundamental com mais segurança, pois as outras crianças já aprenderam a conviver com as diferenças.

De acordo com Sassaki (2005) a comunidade como um todo deveria aprender a ajustar-se às necessidades especiais de seus cidadãos com deficiência. Quando acontece de um aluno com necessidades educacionais especiais se apresentar em uma escola, tanto as adaptações físicas quanto o professorado devem estar preparados para enfrentar os desafios que se apresentam e que não são poucos. Também a parte pedagógica, como orientador e supervisor, deve se preparar para acolher o aluno com sabedoria, carinho e dedicação. Segundo Bueno (2003, p. 10),

[...] as escolas devem reciclar seu corpo docente e seus servidores para o atendimento adequado aos portadores de necessidades educativas especiais, estabelecendo ainda que professores efetivos possam atuar, em caráter provisório, nas salas de recursos e no atendimento itinerante. No caso de não haver professores que atendam às exigências, admitir-se-á a atuação de professores em designação temporária. Definiu-se que, em todas as hipóteses, o professor deverá possuir curso de especialização de, no mínimo, 120 horas.

A cada ano novos professores se formam e entram no mercado de trabalho, porém o que se observa é que nem mesmo estes recém-formados foram preparados para lidar e

trabalhar em uma classe onde haja um aluno com necessidades educacionais especiais. Neste cenário da proposta inclusiva é necessário que o educador tenha capacidade intuitiva de inovar e aplicar novas técnicas e conhecimentos no cotidiano escolar, mas sem deixar de aplicar o conteúdo previsto e sim tendo criatividade, técnicas e metodologias para inserir o aluno portador de NEE nas atividades. Essa prática tem como objetivo oportunizar aos alunos com NEE a participação junto com os outros colegas das atividades novas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 em seu art. 59, (inciso III) estabelece que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educados com necessidades especiais: I- Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educados nas classes comuns.

Observa-se que é necessário que o professor que for atuar em uma classe contendo alunos com necessidades educacionais especiais tenha uma especialização nessa área, pois ele estará mais capacitado para atender às exigências e vencer os desafios. Estará também apto para receber e acolher melhor este aluno.

Nesse sentido, Mantoan (2010, p. 12) diz que o professor de AEE é um profissional que atua sobre as peculiaridades de certos alunos [...] trata-se de um professor especializado nesse tipo de atendimento, mas que não se confunde com o especialista no sentido usual do termo. O educador que trabalha com crianças portadoras de necessidades educacionais especiais precisa ser habilidoso e ter disposição para conhecer cada peculiaridade de cada criança, que pode ser deficiência visual, auditiva, mental, entre outras.

Sobre o assunto Jerusalinsky & Paez (2001, p.35) discorrem que são poucas as experiências onde se desenvolvem os recursos docentes e técnicos e o apoio específico necessário para adequar as instituições escolares e os procedimentos pedagógico-didáticos às novas condições de inclusão. Todos os envolvidos no processo educacional precisam se envolver na educação inclusiva, pois sabe-se que o ato de educar não acontece sozinho, ele é um processo como um todo, precisa da participação de todos: alunos, professores, especialistas, gestores e pais.

Sobre o assunto Bueno (2001, p. 15) diz que há quatro desafios quanto à educação dos professores da escola inclusiva:

Formação teórica sólida ou uma formação adequada no que se refere aos diferentes processos e procedimentos pedagógicos que envolvem tanto o “saber” como o “saber fazer” pedagógico; formação que possibilite analisar, acompanhar e contribuir para o aprimoramento dos processos de escolarização das mais diversas

diferenças, entre elas, as crianças deficientes que foram incorporadas no processo educativo regular; formação específica sobre características comuns das crianças com necessidades educacionais especiais, como expressões localizadas das relações contraditórias entre a sociedade em geral e as minorias; formação sobre as características, necessidades e procedimentos pedagógicos específicos a cada uma das necessidades educacionais especiais.

Desta forma, é necessário que todos os educadores aprendam a educar na diferença, respeitando as dificuldades, pois a educação inclusiva busca proporcionar uma qualidade de vida melhor para todos, dando a estes alunos novos horizontes e perspectivas de vida.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme Diez (2010, p. 19) [...] “uma escola que desenvolve práticas inclusivas encontra na diversidade uma oportunidade para aprender, para questionar o que se faz e propor mudanças no centro e nas salas de aulas”. Um dos norteadores que deve prevalecer na prática do professor é crer que a diferença proporciona uma inovação, uma criatividade no dia a dia da sala de aula.

Ao buscar novos métodos e técnicas o educador pode se deparar com atividades que irão proporcionar ao aluno uma nova forma de aprender. Para trabalhar com atividades criativas o profissional da educação compreenderá que para cada tipo de necessidade existe uma forma, uma maneira, um método de se ensinar e, principalmente cada aluno responderá de uma forma diferente, porém querendo chegar e podendo chegar ao mesmo denominador comum.

E esse é um dos desafios fundamentais de uma educação que contribua para quebrar o encanto do desencanto, para nos livrar da resignação, para recuperar ou para construir nossa consciência em critérios de igualdade de justiça, uma sociedade na qual a proclamação da liberdade individual não questiona os direitos e a felicidade de todos. Uma sociedade em que a diferença seja uma possibilidade para a construção de nossa autonomia, não o argumento para legitimar injustas desigualdades econômicas, sociais e políticas (GENTILI, 2003).

A escola ao trabalhar com a diferença contribui para a construção de uma sociedade mais igual, onde o preconceito será menor, a discriminação será pouca ou nenhuma, a intolerância será trabalhada dia a dia, o que Pacheco (2007, p. 81) reforça dizendo que a escola é um espaço sociocultural em que as diferentes presenças se encontram.

Na escola, como se sabe, existem diferentes tipos de alunos, não só aqueles com

necessidades educacionais especiais, mas, todos os alunos são diferentes, cada um tem um jeito de ser, de aprender, de conviver, mas todos com o mesmo objetivo, o de aprender.

Um dos benefícios que a inclusão traz à comunidade escolar é viver a experiência da diferença. A inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor, que assim exerçam a sua cidadania e ocupem o seu espaço na sociedade. Não se pode ter um lugar no mundo sem considerar o do outro, respeitando o que ele é ou que ele pode ser (MANTOAN apud CAVALCANTE, 2005, P. 109).

Sabe-se que o processo de inclusão não é um passo fácil, incluir requer amor, é um processo difícil, mas não impossível. Ele é possível a partir do momento em que o professor estiver aberto para as mudanças que ocorrem dentro da sala de aula. Perrenoud (1993, P. 92) explicita que:

Há necessidade de reformulações na formação inicial do professor de ensino básico. Ele aponta para uma grande dose de idealismo nestes cursos e para o fato de que grande parte do que se aprende não é possível ser aplicado na prática, visto que muitos formadores desconhecem a realidade da sala de aula, das escolas e do sistema educacional. Porém não existem receitas acabadas, mesmo porque cada educando é único, assim como são únicas as diferentes situações de aprendizagem.

É extremamente fundamental que se efetive a inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais nas escolas regulares, nessa inclusão também é essencial que os pais façam parte de todo o processo, que eles participem de todo o progresso e desenvolvimento da criança, dando a eles também oportunidade de descobrir novas formas de lidar com o filho.

O educador deve ter ciência de que podem ocorrer matrículas de alunos portadores de necessidades educacionais especiais em sua classe. Muitos professores já conhecem a legislação pertinente ao processo de inclusão e sabem da importância desse ato, nessa hora muitos educadores colocam junto ao trabalho afetividade, comprometimento e conhecimento. Buscam fazer valer e acontecer a inclusão. De acordo com Coll (2004, p. 78):

Nesse processo em que o objetivo é construir uma aprendizagem efetiva entre educandos com dificuldades de aprendizagem e aqueles que não apresentam é importante levar em conta a influência da família e da escola, uma vez desencadeado o processo, devemos pensar que se inicia um círculo sistêmico na qual cada efeito se converte e se potencializa no outro.

A falta de um programa educacional que dê suporte e apoio efetivo e real aos professores, dando e proporcionando a eles segurança para desenvolver o trabalho necessário com os alunos portadores de necessidades educacionais especiais, não sendo

possível a todos os educadores continuarem os estudos ou fazer um curso de especialização, alguns deles manifestam desgosto e frustração quando confrontados no seu trabalho com as características destes alunos. Para que o processo de inclusão realmente aconteça é necessário que se proporcionem aos educadores recursos para se preparem mais, aí sim a inclusão vai acontecer como uma forma de desenvolvimento do aluno com necessidades especiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se perceber através dos estudos feitos que incluir vai muito além de receber o aluno na escola, incluir significa fazer com que o aluno com necessidades especiais possa realmente crescer e se desenvolver de acordo com sua capacidade e, sendo continuamente estimulado para desenvolver suas potencialidades, ainda que limitadas. Para que isso ocorra torna-se necessário que seja feito um planejamento que venha adequar a situação que se apresenta.

Através dos estudos pode-se observar e avaliar que a inclusão verdadeira só se torna realidade se a escola, a comunidade escolar, corpo docente e discente se empenham em buscar e alcançar os mesmos objetivos, ao trabalharem juntos podem obter resultados mais significativos e reais, só assim poderão proporcionar o desenvolvimento educacional e social de alunos com necessidades educativas especiais.

Para que realmente ocorresse o processo de inclusão de alunos com necessidades especiais foi preciso a superação de diversos desafios, sendo eles: novas formas do agir pedagógico; preparação e capacitação dos educadores e dos próprios alunos para lidar e conviver com as possíveis diferenças e, principalmente, respeitar o colega que necessita de uma assistência maior.

Sabe-se que existem alunos com diferentes possibilidades de aprendizagem, e estes atualmente frequentam o mesmo espaço de diferentes tipos de alunos, dentro deste espaço o professor deve ser o agente que induz o processo de ensino-aprendizagem, pois deve atuar com objetivos definidos e claros visando o desenvolvimento do aluno, procurando incluir os alunos com necessidades especiais.

REFERÊNCIAS

- BEYER, H. O. Por uma epistemologia das crianças com necessidades especiais. **Inclusão: Revista da Educação Especial**. v.2. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2006.
- BRASIL. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. MEC SEESP, 2001.
- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 21 dez.1996.
- BUENO, José Geraldo Silveira. Educação inclusiva e escolarização dos surdos. **Integração**, Brasília, v. 13, n. 23, p. 37-42, 2001.
- BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 2003.
- CARVALHO, R.E. Removendo barreiras para a aprendizagem. **Educação inclusiva**. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- CAVALCANTE, Meire. A escola que é de todas as crianças. **Nova Escola: a revista do professor**. Fundação Victor Civita. n. 182, p. 40 - 45, maio, 2005.
- COLL, César. Marchesi, Álvaro, Palácios, Jesús. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. 2ª ed. Porto Alegre, RS: Artmed. 2004.
- DÍEZ, Anabel Moriña. Traçando os mesmos caminhos para o desenvolvimento de uma educação inclusiva. **Revista da Educação Especial**, ano 2010, n. 1, p.19, jan./jul, 2010.
- FERREIRA, Windyz B. Educação Inclusiva: Será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos. **Revista da Educação Especial**, v. 2, n. 23, p. 40-46, 2005.
- GADOTTI, Moacir. A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.
- GENTILI, Pablo. **Educação e exclusão: as desigualdades e a diferença na sociedade contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- JERUSALISKY, A & CANIZA DE PAEZ, S.M. Carta aberta aos pais acerca da escolarização das crianças com problemas de desenvolvimento. **Escritos da criança**. n.6, Porto Alegre: centro Lygia Coriat, 2001.
- MANTOAN, M. T. E. A hora da virada. **Revista da educação especial**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, v.1, n.1, out. 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O atendimento educacional especializado na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

PACHECO, J. (org.). **Caminhos para inclusão**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PERRENOUD, Philippe. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: Perspectivas sociológicas**. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1993.

PINTO, Cibele Lemes. Educação inclusiva e formação de professores. São Paulo: Avercamp, 1999.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 6. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2005.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

WERNECK, Claudia. **Sociedade inclusiva: quem cabe no seu todo?** Rio de Janeiro: WVA, 1999.